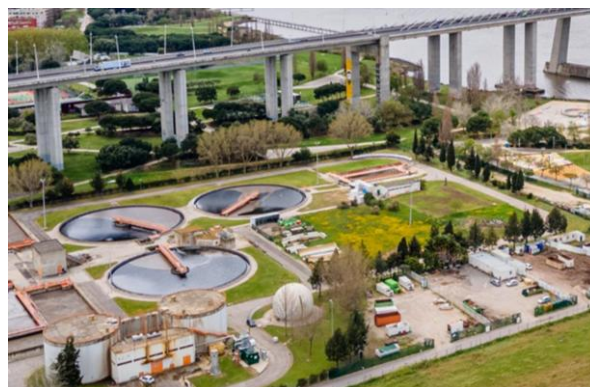


**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM PUBLICIDADE
INTERNACIONAL DESTINADO À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE
SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DE ESTUDO E PLANO DE AÇÃO PARA A
IMPLEMENTAÇÃO DA DARU 2024/3019 NAS FA DE ALCÂNTARA, GUIA, FRIELAS,
BEIROLAS E CHELAS**

TA_25_I09_PQ_S_001_DGA



PROGRAMA DO CONCURSO

julho 2025

ÍNDICE

Artigo 1.º Objeto do Concurso.....	4
Artigo 2.º Entidade Adjudicante.....	4
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar.....	4
Artigo 4.º Plataforma eletrónica.....	4
Artigo 5.º Fases do procedimento.....	4
Artigo 6.º Visita às instalações.....	5
Artigo 7.º Esclarecimentos, Erros e Omissões sobre as Peças do Procedimento na fase de apresentação de candidatura e qualificação dos concorrentes.....	5
Artigo 8.º Qualificação dos Candidatos.....	6
Artigo 9.º Requisitos Mínimos de Capacidade Técnica.....	6
Artigo 10.º Requisitos Mínimos de Capacidade Financeira.....	6
Artigo 11.º Documentos que constituem as Candidaturas.....	7
Artigo 12.º Prazo para Apresentação de Candidaturas.....	8
Artigo 13.º Modo de Apresentação de Candidaturas.....	9
Artigo 14.º Esclarecimentos a Prestar pelos Candidatos.....	9
Artigo 15.º Disponibilização e Abertura das Candidaturas.....	9
Artigo 16.º Prazo da Obrigação de Manutenção da Candidatura.....	10
Artigo 17.º Relatório da Fase de Qualificação.....	10
Artigo 18.º Prazo para a Decisão de Qualificação.....	10
Artigo 19.º Prazo para Apresentação de Documentos Comprovativos dos Requisitos Mínimos.....	11
Artigo 20.º Notificação da Qualificação e Convite.....	11
Artigo 21.º Critério de Adjudicação.....	12
Artigo 22.º Documentos de Habilitação.....	14
Artigo 23.º Caução.....	14
Artigo 24.º Modalidade Jurídica do Agrupamento Adjudicatário.....	14
Artigo 25.º Celebração do Contrato.....	14
Artigo 26.º Dados Pessoais.....	15
Artigo 27.º Legislação Aplicável.....	15

Programa do Concurso

ANEXOS

ANEXO I. LISTA DE PROJETOS EXECUTADOS DA MESMA NATUREZA DO APRESENTADO A CONCURSO ..	16
ANEXO II. DECLARAÇÃO DA COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA EQUIPA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO ESTUDO PRÉVIO	17
ANEXO III. DECLARAÇÃO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO	18
ANEXO IV. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	19
ANEXO V. DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO SISTEMA DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL DA ÀGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.	35
ANEXO VI. DECLARAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO DE OUTORGANTES E INTERLOCUTORES PARA EFEITOS DE COMUNICAÇÃO	36
ANEXO VII. MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO	37
ANEXO VIII. MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA	38
ANEXO VIII. MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO	38

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

O presente Concurso Limitado por Prévia Qualificação, com Publicidade Internacional, tem por objeto a **“Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas”**, em conformidade com o definido no Caderno de Encargos e seu Anexo, que dele faz parte integrante.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Águas do Tejo Atlântico, adiante designada por “Tejo Atlântico”, com sede na ETAR de Alcântara, sita na Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 514 387 130.

- Endereço eletrónico: compras_contratacao.adta@adp.pt
- Telefone: +351 213 107 900
- Fax: +351 213 107 901

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar, nos termos do n.º I do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 10 de julho de 2025, como consta da respetiva ata.

Artigo 4.º

Plataforma eletrónica

O presente procedimento é tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública da AcinGov, acessível através do sítio <http://www.acingov.pt>, doravante denominada por “plataforma eletrónica” ou “plataforma AcinGov”.

Artigo 5.º

Fases do procedimento

- I. O presente Concurso Limitado por Prévia Qualificação com Publicidade Internacional integra as seguintes fases:
 - a) Apresentação e análise das candidaturas e qualificação dos candidatos (1.ª Fase);

Programa do Concurso

b) Apresentação e análise das propostas e adjudicação (2.ª Fase).

Artigo 6.º

Visitas às instalações

1. Durante o prazo para apresentação de candidaturas, os interessados podem visitar as instalações das FA e proceder ao reconhecimento dos locais de execução do Estudo definido no Caderno de Encargos, a fim de recolher informação relevante.
2. As visitas aos locais de entrega dependem da formulação de um pedido de autorização à Tejo Atlântico, devendo o pedido ser realizado com 5 (*cinco*) dias úteis de antecedência em relação à data da referida visita.

Artigo 7.º

Esclarecimentos, Erros e Omissões sobre as Peças do Concurso na fase de apresentação de candidatura e qualificação dos concorrentes

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados/concorrentes na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59 do termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das candidaturas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo Júri do procedimento, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59 do termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das candidaturas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59 do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.
4. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 166.º do CCP, respeitantes à fase da apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos, sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das candidaturas deve ser prorrogado, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado, conforme disposto no n.º 1 do artigo 175.º do CCP.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no número 3, ou até ao final do prazo de entrega das candidaturas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
6. Quando haja prorrogação do prazo para a entrega das candidaturas, de acordo com o definido no n.º 5 do artigo 64.º do CCP, a mesma será publicitada no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 8.º

Qualificação do Candidatos

A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação, nos termos do artigo 179.º do CCP, sendo qualificados todos os candidatos que preencham os requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira.

Artigo 9.º

Requisitos Mínimos de Capacidade Técnica

- I. Nos termos do previsto na alínea h) do número 1 do artigo 164.º do CCP, os candidatos devem preencher os seguintes requisitos mínimos de capacidade técnica:
 - a) Experiência comprovada, nos últimos 10 (dez) anos, em, pelo menos, 2 (dois) projetos de natureza idêntica ao Estudo Prévio colocado a concurso, designadamente em termos de capacidade de tratamento e de condições de implantação e que integrem, pelo menos, 2 (duas) de tecnologias de tratamento terciário (remoção de azoto inferior a 8 mg/l e fósforo inferior a 0,5 mg/l) e quaternário (remoção mínima de 80% para compostos micropoluentes, de acordo com o enquadramento da DARU 2024/3019 e respetiva listagem de produtos farmacêuticos e cosméticos), de valores não inferiores a 400.000,00€ (quatrocentos mil euros);
 - b) Caso as prestações de serviços tenham sido concluídas em ano anterior ao do presente concurso, os seus valores, para aplicação do critério acima, serão atualizados através dos índices de preços ao consumidor (sem habitação) publicados oficialmente para cada ano pelo Instituto Nacional de Estatística.
 - c) Ter no quadro permanente pelo menos um técnico com licenciatura em engenharia do ambiente, química, mecânica ou eletromecânica, produção industrial ou licenciatura noutro ramo da engenharia e, no mínimo, 15 (quinze) anos de experiência profissional na coordenação de projetos deste tipo de instalação;
 - d) Ter no quadro permanente pelo menos um técnico com licenciatura em engenharia do ambiente, química, mecânica ou eletromecânica, produção industrial ou licenciatura noutro ramo da engenharia e, no mínimo, 10 (dez) anos de experiência profissional em projeto, na especialidade processo de tratamento, em pelo menos 2 (duas) ETAR de dimensão superior a 150.000 habitantes-equivalente com as tecnologias de tratamento terciário e em pelo menos 2 (duas) ETAR de dimensão superior a 100.000 habitantes-equivalente com as tecnologias de tratamento quaternário para remoção de micropoluentes (remoção mínima 80% para uma lista de produtos farmacêuticos e cosméticos), de acordo com o enquadramento da DARU 2024/3019.

Artigo 10.º

Requisitos Mínimos de Capacidade Financeira

- I. Os candidatos devem possuir, cumulativamente, em pelo menos 2 (*dois*) dos últimos 3 (*três*) anos, os seguintes requisitos mínimos de capacidade financeira, tendo por base as demonstrações financeiras dos respetivos anos, convertidas para euros:
 - a) Volume de negócios => 500.000 € (*quinhentos mil euros*);
 - b) Autonomia Financeira (Capital Próprio/ Ativo Líquido) >= 25% (*vinte e cinco por cento*);
 - c) Liquidez Geral (Ativo Corrente/ Passivo Corrente) >= 1.
2. Exclusivamente para os efeitos do disposto no n.º I, considera-se que equivale ao preenchimento do requisito mínimo de capacidade financeira:
 - a) A apresentação de declaração bancária conforme modelo constante do Anexo VI ao CCP e do qual faz parte integrante; ou
 - b) No caso de o candidato ser um agrupamento, um dos membros que o integram ser uma instituição de crédito que apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que exerça a supervisão bancária nesse Estado.

Artigo 11.º

Documentos que constituem as candidaturas

- I. As candidaturas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e que se encontra disponibilizado na área específica do Portal BASE GOV, em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, devendo ser preenchidas as partes I, II, III, IV, V e VI;
 - b) Documentos destinados à qualificação dos candidatos:
 - i. Lista de projetos executados da mesma natureza do colocado a concurso em conformidade com o modelo apresentado no **ANEXO I** deste Programa do Concurso;
 - ii. Declaração elaborada de acordo com o modelo do **ANEXO II** deste Programa do Concurso, que identifique a composição nominativa dos técnicos que exercerão funções de Coordenador do Estudo Prévio e de Técnico da Área de Processo de Tratamento no Estudo Prévio;
 - iii. Certificados simplificados de habilitações literárias e profissionais do Coordenador do Estudo Prévio e do Técnico da Área de Processo de Tratamento neste Estudo Prévio;
 - iv. Relatórios e Contas de exercício dos últimos 3 (*três*) anos, ou documentos equivalentes, consoante a exigência legal para o tipo de sociedade em questão, designadamente o relatório de gestão e documentos de prestação de contas previstos no artigo 263.º do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro,

- acompanhado de declaração do candidato, sob compromisso de honra, com indicação dos proveitos operacionais deduzidos das reversões de amortizações e ajustamentos e dos custos operacionais, sem inclusão das amortizações, dos ajustamentos e das provisões (EBITDA), relativos aos três últimos exercícios concluídos;
- c) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do candidato por parte de quem assina a candidatura, designadamente Certidão Permanente do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor.
2. Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, os candidatos recorram a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda constituída por:
- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016 e que se encontra disponibilizado na área específica do Portal BASE GOV, em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, devendo ser preenchidas as partes I, II, III, IV e VI;
- b) Declaração através da qual estes se comprometem, incondicionalmente, a realizar determinadas prestações objeto do contrato a celebrar.
3. Caso o candidato revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a candidatura deve ainda ser constituída por declaração elaborada conforme modelo apresentado no **ANEXO III** deste Programa do Concurso (Acordo – Promessa de Constituição), contendo a designação do representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
4. Caso o candidato revista a forma de um agrupamento:
- a) O documento previsto na alínea a) do n.º I deve ser apresentado por todos os seus membros;
- b) Os documentos previstos na alínea b) do n.º I podem ser apresentados por apenas um ou alguns dos seus membros por todos os seus membros.
5. Todos os documentos referidos no número I devem ser redigidos em língua portuguesa, ou no caso de não serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.

Artigo 12.º

Prazo para Apresentação das Candidaturas

As Candidaturas devem ser diretamente apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59 do 45.º (*quadragésimo quinto*) dia a contar da data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia e no Diário da República.

Artigo 13.º

Modo de Apresentação das Candidaturas

1. Os documentos que constituem as Candidaturas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a candidatura ser apresentada por um Agrupamento Candidato, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo.

Artigo 14.º

Esclarecimentos a Prestar pelos Candidatos

1. Sempre que o júri do concurso tenha quaisquer dúvidas, designadamente, sobre aspetos das candidaturas que sejam considerados relevantes para efeitos de análise das candidaturas, poderá exigir aos Candidatos, bem como solicitar a outras entidades, todos os documentos e elementos de informação, inclusive de natureza contabilística, necessários para o esclarecimento dessas dúvidas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos Candidatos fazem parte integrante das respetivas candidaturas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 178.º do CCP.

Artigo 15.º

Disponibilização e Abertura das Candidaturas

1. O Júri do concurso, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, procede à abertura das candidaturas e procede à publicação da lista dos candidatos na plataforma eletrónica a que se refere o artigo 4.º.
2. Os candidatos incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as candidaturas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior.

3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos candidatos pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (*três*) dias úteis contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua candidatura.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a candidatura do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 16.º

Prazo da Obrigação de Manutenção da Candidatura

Os candidatos são obrigados a manter as respetivas candidaturas pelo prazo de 90 (*noventa*) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

Artigo 17.º

Relatórios da Fase de Qualificação

1. O júri elabora um relatório fundamentado sobre a qualificação dos candidatos.
2. No relatório mencionado no número anterior, o júri fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer candidatura, se for o caso.
3. O projeto de relatório é submetido a audiência prévia, a promover pelo júri do concurso, no prazo de 5 (*cinco*) dias.
4. Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o júri pondera as observações formuladas e elabora relatório final de avaliação das candidaturas, que submete à apreciação e decisão da entidade adjudicante, podendo ainda propor a exclusão de qualquer candidatura se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 184.º, n.º 2, do CCP.

Artigo 18.º

Prazo para a Decisão de Qualificação

O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de qualificação e notificar os candidatos no prazo máximo de 44 (*quarenta e quatro*) dias após o termo fixado para a apresentação das candidaturas.

Artigo 19.º

Prazo para Apresentação dos Documentos Comprovativos dos Requisitos Mínimos

Quando se tenham limitado a declarar o preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira no documento previsto na alínea a) do n.º I do artigo 11.º, os candidatos qualificados deverão apresentar os documentos comprovativos desse preenchimento no prazo de 5 (cinco) dias.

Artigo 20.º

Notificação da Qualificação e Convite

Com a notificação da decisão de qualificação, a Tejo Atlântico envia a todos os candidatos qualificados, através da plataforma eletrónica mencionada no artigo 4.º, um convite à apresentação de proposta, nos termos do artigo 189.º do CCP.

Artigo 21.º

Critério de Adjudicação

- I. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, densificado pelos fatores e subfatores de avaliação e respetivos coeficientes de ponderação:

FATORES E SUBFATORES	COEFICIENTES PONDERAÇÃO
A. PREÇO	40%
B. QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA	60%
B.1 Memória Descritiva e Justificativa	33.3%
B.2 Programa de Trabalhos	8.3%
B.3 Equipa Técnica	58.4%
B.3.1 Coordenador do Estudo	14.3%
B.3.2 Especialista de Processo de Tratamento	28.6%
B.3.3 Especialista de Mecânica e Eletromecânica	14.3%
B.3.4 Especialista de Instalações Elétricas e Automação	14.3%
B.3.5 Especialista de Civil/ Geotecnia	28.5%

2. A avaliação global de cada proposta resultará da agregação dos resultados da avaliação parcial dos referidos fatores e subfactores elementares, nos termos do modelo de avaliação de propostas constante do **ANEXO IV** do presente Programa do Concurso.
3. Nas situações em que, da agregação dos resultados da avaliação parcial dos fatores elementares, resulte uma classificação final, com precisão até às 9 (nove) casas decimais, que ordene em primeiro lugar mais do que uma proposta, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:
 - a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o mais baixo preço;
 - b) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, a hierarquização das propostas far-se-á tomando por referência, de forma sucessiva, até que se obtenha a diferenciação, com base nas pontuações obtidas nos seguintes subfactores 1.º B.3 Equipa Técnica, 2.º B.2 Memória Descritiva e Justificativa, 3.º Programa de Trabalhos;
 - c) Se, ainda assim, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio, nos seguintes termos:
 - i. O sorteio será assegurado através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro;
 - ii. O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, informando-os da data, da hora e da plataforma informática em que decorrerá o sorteio, bem como dos demais termos e condições necessários, designadamente para efeitos de credenciação;
 - iii. A falta de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

Artigo 22.º

Documentos de Habilitação

- I. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º supra, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Documento elaborado em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao CCP;
 - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Certificado do registo criminal do adjudicatário;
 - e) Certidão do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - f) Certidão Permanente do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;

2. Caso o Adjudicatário revista a forma de um agrupamento os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros.
3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou de no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.
4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c), d) e e) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
5. Quando os documentos de habilitação exigidos de encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. O prazo fixado para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por período não superior a 5 (cinco) dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada à Tejo Atlântico antes de expirado o prazo a prorrogar.
7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º I, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP
 - b) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
8. Caso se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão de irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
9. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP:
 - a) Declaração de compromisso de cumprimento dos requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Tejo Atlântico, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO V** do presente Programa do Concurso;
 - b) Declaração com identificação de outorgantes e interlocutores para efeitos de comunicação, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO VI** do presente Programa do Concurso;
 - c) Comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo.

Artigo 23.º

Caução

1. Para garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução correspondente a 5% (*cinco por cento*) do preço contratual.
2. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação prevista no n.º 2 do artigo 77.º do CCP, devendo comprovar essa prestação junto da Tejo Atlântico no dia imediatamente subsequente.
3. A caução deve ser prestada:
 - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da Tejo Atlântico, nos termos do modelo constante do ANEXO VII ao presente Programa de Procedimento;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes dos ANEXOS VIII e IX ao presente Programa.
4. Será dispensada a prestação de caução, nos termos do número anterior, ao Adjudicatário que apresente contrato de seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, ou que apresente documento de assunção de responsabilidade solidária, emitida por entidade bancária, que cubra o respetivo preço total do Contrato, emitidos nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 24.º

Modalidade Jurídica do Agrupamento Adjudicatário

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se antes da celebração do contrato, nas modalidades jurídicas de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, ou ACE.
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 25.º

Celebração do Contrato

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de 3 (*três*) dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.

Artigo 26.º

Dados pessoais

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das candidaturas, os Candidatos assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A Tejo Atlântico garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os candidatos podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do endereço dpo.adta@adp.pt.

Artigo 27.º

Legislação Aplicável

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa do Concurso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável

ANEXO I

LISTAS DE PROJETOS EXECUTADOS DA MESMA NATUREZA DO APRESENTADO A CONCURSO

(a que se refere a subalínea a. da alínea i do n.º I artigo 11.º do Programa de Concurso)

A empresa _____ (indicar designação social e sede) apresenta a seguinte demonstração da sua capacidade técnica precedente nos últimos 10 (Dez) anos de, pelo menos, 2 (Dois) projetos de natureza idêntica ao Estudo Prévio colocado a concurso e que integrem, pelo menos, 2 (Duas) das tecnologias de tratamento terciário (remoção de azoto e fósforo) e quaternário (remoção de micropoluentes), de valores não inferiores a 400.000,00€ (*quatrocentos mil euros*), através da enumeração das suas atividades relacionadas com a elaboração de estudos e projetos com termo em ... de de 20....,

-
-
-
-

Designação do Projeto	Cliente	ETAR		Solução de tratamento da fase líquida	Tipo de tratamento Terciário	Tipo de tratamento Quaternário	Valor final da Prestação de Serviços (€)	Data de conclusão do Projeto
		Capacidade nominal instalada (hab. eq.)	Caudal nominal tratado (m3/s)					

Data: _____

Assinatura(s): _____

ANEXO II

DECLARAÇÃO DA COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA EQUIPA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO ESTUDO PRÉVIO

(a que se refere a subalínea ii. da alínea b) do n.º I artigo 11.º do Programa do Concurso)

F _____ (denominação social e sede da empresa candidata ou de cada uma das empresas do agrupamento candidato), declara(m) que a composição nominativa da equipa responsável pela elaboração do Estudo Prévio, relevante para efeitos de qualificação, será a seguinte:

- Coordenador do Estudo

(nome, licenciado em engenharia [*do ambiente, química, mecânica ou eletromecânica, produção industrial ou licenciatura noutro ramo da engenharia – eliminar o que não for aplicável*], com, no mínimo, 15 (quinze) anos de experiência profissional em projeto deste tipo de instalação; ⁽¹⁾)

- Especialista da Área de Processo de Tratamento

(nome, licenciado em engenharia [*do ambiente, química, mecânica ou eletromecânica, produção industrial ou licenciatura noutro ramo da engenharia – eliminar o que não for aplicável*], com, no mínimo, 10 (dez) anos de experiência profissional em projeto deste tipo de instalação, em pelo menos 2 (duas) das tecnologias de tratamento terciário (remoção de azoto e fósforo). ⁽²⁾)

Data: _____

Assinatura(s): _____

⁽¹⁾ A alteração à redação do conteúdo da declaração, mediante concretização do n.º de anos de experiência profissional relevante, dizendo respeito a atributos da proposta, constitui causa de exclusão da candidatura.

⁽²⁾ A alteração à redação do conteúdo da declaração, mediante concretização do n.º de anos de experiência profissional relevante e do n.º de tecnologias de tratamento secundário e terciário, dizendo respeito a atributos da proposta, constitui causa de exclusão da candidatura.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

(a que se refere o n.º 3 do artigo 11.º do Programa de Concurso)

_____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Processo do Concurso para **“Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas – TA_25_109_PQ_S_001_DGA”** e nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Programa do Concurso, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em Consórcio. (a) ou Agrupamento Complementar de Empresas.

A participação qualitativa de cada empresa no Consórcio ou Agrupamento a constituir é a que se discrimina:

As empresas signatárias da presente proposta declaram que a empresa _____ representará o Consórcio ou Agrupamento perante a Águas do Tejo Atlântico, S.A., devendo toda a correspondência ser enviada para _____ (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas signatárias da presente proposta assumem perante a Águas do Tejo Atlântico, S.A. responsabilidade solidária passiva, desde já quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas signatárias da presente proposta aceitam a exigência de autorização prévia da Águas do Tejo Atlântico, S.A a qualquer alteração na composição do Agrupamento ou do Consórcio, sob pena de exclusão do procedimento.

Data _____

Assinatura (b) _____

(a) No caso de o Consórcio ou Agrupamento Complementar de Empresas adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).

(b) Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO IV

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

(a que se refere o artigo 21.º do Programa de Concurso)

I. METODOLOGIA GERAL

O critério de adjudicação da presente aquisição de serviços é o da *proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator*, densificado pelos fatores e subfatores elementares de avaliação das propostas relativos aos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e respetivos coeficientes de ponderação, constantes do presente Programa do Concurso.

A avaliação global de cada proposta resultará da agregação dos resultados da avaliação parcial dos referidos fatores e subfactores elementares.

2. AVALIAÇÃO DO FATOR “QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA”

A avaliação parcial dos subfactores do fator qualitativo *B. Qualidade Técnica da Proposta* será efetuada mediante atribuição da pontuação indicada nas respetivas tabelas com os descritores de valorização dos atributos das propostas.

2.1. Avaliação do subfator “B.1 Memória Descritiva e Justificativa”

Neste subfator serão avaliados, com base na matriz apresentada na **Tabela 1** a metodologia a empregar na elaboração do Estudo, conforme explicitada no número 6.3 da Clausula 6.^a do Caderno de Encargos, na qual se inclui:

- a. o enquadramento e caracterização das FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas;
- b. o estudo prévio de soluções para adaptação das FA à DARU 2024/3019 e análise comparativa técnico-económica das soluções alternativas;
- c. a elaboração do LCA (incluindo cálculo da pegada carbónica) e Análise Multicritério (SWOT) para a tomada de decisão estratégica dos cenários objeto de estudo;
- d. a proposta de solução a adotar para a adaptação/remodelação das FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas e definição do Plano de Ação para implementação da DARU 2024/3019.

A pontuação do presente subfator será efetuada mediante a atribuição da pontuação prevista na **Tabela 1**.

2.2. Avaliação do subfator “B.2 Programa de Trabalhos”

Neste subfator serão avaliados, com base na matriz apresentada na **Tabela 2**, os aspetos associados ao plano das atividades associadas a cada fase do Estudo que integra a prestação de serviços e a respetiva afetação de meios humanos.

A pontuação do presente subfator será efetuada mediante a atribuição da pontuação prevista na **Tabela 2**.

2.3. Avaliação do subfator “B.3 Equipa Técnica”

Para a avaliação deste subfator serão analisados os *Curriculum Vitae* apresentados em resposta ao solicitado no Convite, nos aspetos associados à experiência da Equipa Técnica afeta à aquisição de serviços em trabalhos similares aos do objeto do presente Estudo, designadamente:

- Coordenador do Estudo,
- Técnico responsável pela Especialidade de Processo de Tratamento,
- Técnico responsável pela Especialidade de Mecânica/ Eletromecânica,
- Técnico responsável pela especialidade de Instalações Elétricas/ Automação.

com base nas matrizes constantes das **Tabela 3, Tabela 4, Tabela 5 e Tabela 7**, respetivamente.

3. AVALIAÇÃO DO FATOR PREÇO

A escala de pontuação para a avaliação parcial do fator A. (*Preço*), que será entre 0 e 10, será atribuída por uma expressão matemática deste tipo:

$$P_{vi} = 10 - 5,9537418 \times 10^{-46} \times (vi)^{8,0}$$

em que:

Pontuação _{Proposta i} é a pontuação a atribuir à Proposta i no fator *Preço*, com um máximo de 10 pontos;

V_i é o valor da Proposta i.

TABELA I – MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO SUBFATOR “B.I MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA”

B.I Memória descritiva e Justificativa	Proposta em que se verifica, pelo menos, uma das seguintes condições: i. Descrição genérica e não densificada da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos; ii. Proposta não adequada, por não densificada , no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descrição pouco fundamentada e com pouco detalhe da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos; ii. Proposta pouco adequada e pouco detalhada no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descrição fundamentada e com algum detalhe da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos; ii. Proposta adequada, mas com pouco detalhe no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descrição fundamentada e detalhada da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos; ii. Proposta adequada e com algum detalhe no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descrição fundamentada e muito pormenorizada da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos; ii. Proposta adequada e muito detalhada no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.
	Proposta em que se verifica, pelo menos, uma das seguintes condições: i. Proposta não fundamentada para a avaliação preliminar da viabilidade técnica e económica das soluções alternativas equacionadas, explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos; ii. Descrição genérica e não detalhada à metodologia para a análise SWOT a realizar, nas vertentes Rentabilidade/ Risco/ Desempenho das soluções alternativas equacionadas.				
	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Proposta adequada , mas sumária quanto à fundamentação da avaliação preliminar da viabilidade técnica e económica das soluções alternativas equacionadas, explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do				

<p>B.I Memória descritiva e Justificativa</p>	<p>Proposta em que se verifica, pelo menos, uma das seguintes condições:</p> <p>i. Descrição genérica e não densificada da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Proposta não adequada, por não densificada, no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição pouco fundamentada e com pouco detalhe da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Proposta pouco adequada e pouco detalhada no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição fundamentada e com algum detalhe da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Proposta adequada, mas com pouco detalhe no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição fundamentada e detalhada da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Proposta adequada e com algum detalhe no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição fundamentada e muito pormenorizada da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Proposta adequada e muito detalhada no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.</p>
<p>Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Descrição adequada, mas genérica quanto à metodologia para a análise SWOT a realizar, nas vertentes Rentabilidade/ Risco/ Desempenho das soluções alternativas equacionadas.</p>					
<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Proposta adequada e com algum detalhe quanto à fundamentação da avaliação preliminar da viabilidade técnica e económica das soluções alternativas equacionadas, explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Descrição adequada e com alguma especificidade quanto à metodologia para a análise SWOT a realizar, nas vertentes Rentabilidade/ Risco/ Desempenho das soluções alternativas equacionadas.</p>	<p>3</p>	<p>4</p>	<p>5</p>	<p>7</p>	<p>8</p>

<p>B.I Memória descritiva e Justificativa</p>	<p>Proposta em que se verifica, pelo menos, uma das seguintes condições:</p> <p>i. Descrição genérica e não densificada da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Proposta não adequada, por não densificada, no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição pouco fundamentada e com pouco detalhe da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Proposta pouco adequada e pouco detalhada no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição fundamentada e com algum detalhe da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Proposta adequada, mas com pouco detalhe no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição fundamentada e detalhada da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Proposta adequada e com algum detalhe no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição fundamentada e muito pormenorizada da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Proposta adequada e muito detalhada no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.</p>
<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Proposta adequada e com fundamentação detalhada da avaliação preliminar da viabilidade técnica e económica das soluções alternativas equacionadas, explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Descrição específica e adequada da metodologia para a análise SWOT a realizar, nas vertentes Rentabilidade/ Risco/ Desempenho das soluções alternativas equacionadas.</p>	<p>4</p>	<p>5</p>	<p>6</p>	<p>8</p>	<p>9</p>
<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Proposta adequada e fundamentação muito detalhada da avaliação preliminar da viabilidade técnica e económica das soluções alternativas equacionadas, explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de</p>	<p>5</p>	<p>6</p>	<p>7</p>	<p>9</p>	<p>10</p>

<p>B.I Memória descritiva e Justificativa</p>	<p>Proposta em que se verifica, pelo menos, uma das seguintes condições:</p> <p>i. Descrição genérica e não densificada da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Proposta não adequada, por não densificada, no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição pouco fundamentada e com pouco detalhe da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Proposta pouco adequada e pouco detalhada no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição fundamentada e com algum detalhe da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Proposta adequada, mas com pouco detalhe no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição fundamentada e detalhada da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Proposta adequada e com algum detalhe no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição fundamentada e muito pormenorizada da metodologia a empregar na elaboração do Estudo, incluindo a análise crítica dos serviços afetos a cada uma das Fases a desenvolver, conforme explicitadas no número 6.3 da Clausula 6.ª do Caderno de Encargos;</p> <p>ii. Proposta adequada e muito detalhada no que respeita às especificidades do Estudo, nomeadamente quanto à fundamentação da adoção das soluções existentes e/ou fundamentação das soluções alternativas equacionadas.</p>
<p>Encargos;</p> <p>ii. Descrição específica e adequada da metodologia para a análise SWOT a realizar, nas vertentes Rentabilidade/ Risco/ Desempenho das soluções alternativas equacionadas.</p>					

TABELA 2 – MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO SUBFATOR “B.2 PROGRAMA DE TRABALHOS”

B.2 Programa de Trabalhos	<p>O Programa apenas cumpre uma, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	<p>O Programa cumpre até duas, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	<p>O Programa cumpre até três, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	<p>O Programa cumpre até quatro, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	<p>O Programa cumpre todas as seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	
	<p>O Cronograma não cumpre nenhuma das seguintes premissas:</p> <p>i. Identifica a carga mensal por elemento da equipa;</p> <p>ii. Identifica as diferentes habilitações da equipa a mobilizar por atividades e componentes da aquisição de serviços;</p> <p>iii. A taxa de afetação dos elementos da equipa previstos é suficiente para a realização das atividades previstas no programa para cada fase de desenvolvimento do Estudo;</p> <p>iv. Cronograma coerente com a metodologia de desenvolvimento do Estudo.</p>	2	3	4	5	6
	<p>O Cronograma cumpre uma das seguintes premissas:</p> <p>i. Identifica a carga mensal por elemento da equipa;</p> <p>ii. Identifica as diferentes habilitações da equipa a mobilizar por atividades e componentes da aquisição de serviços; Categorias profissionais adequadas às atividades previstas;</p> <p>iii. A taxa de afetação dos elementos da equipa</p>	3	4	5	6	7

<p>B.2 Programa de Trabalhos</p>	<p>O Programa apenas cumpre uma, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	<p>O Programa cumpre até duas, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	<p>O Programa cumpre até três, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	<p>O Programa cumpre até quatro, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	<p>O Programa cumpre todas as seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>
<p>previstos é suficiente para a realização das atividades previstas no programa para cada fase de desenvolvimento do Estudo;</p> <p>iv. Cronograma coerente com a metodologia de desenvolvimento do Estudo.</p>					
<p>O Cronograma cumpre duas das seguintes premissas:</p> <p>i. Identifica a carga mensal por elemento da equipa;</p> <p>ii. Identifica as diferentes habilitações da equipa a mobilizar por atividades e componentes da aquisição de serviços; Categorias profissionais adequadas às atividades previstas;</p> <p>iii. A taxa de afetação dos elementos da equipa previstos é suficiente para a realização das atividades previstas no programa para cada fase de desenvolvimento do Estudo;</p> <p>iv. Cronograma coerente com a metodologia de desenvolvimento do Estudo.</p>	<p>4</p>	<p>5</p>	<p>6</p>	<p>7</p>	<p>8</p>

<p>B.2 Programa de Trabalhos</p>	<p>O Programa apenas cumpre uma, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	<p>O Programa cumpre até duas, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	<p>O Programa cumpre até três, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	<p>O Programa cumpre até quatro, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	<p>O Programa cumpre todas as seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>
<p>O Cronograma cumpre três das seguintes premissas:</p> <p>i. Identifica a carga por elemento da equipa;</p> <p>ii. Identifica as diferentes habilitações da equipa a mobilizar por atividades e componentes da aquisição de serviços; Categorias profissionais adequadas às atividades previstas;</p> <p>iii. A taxa de afetação dos elementos da equipa previstos é suficiente para a realização das atividades previstas no programa para cada fase de desenvolvimento do Estudo;</p> <p>iv. Cronograma coerente com a metodologia de desenvolvimento do Estudo.</p>	<p>5</p>	<p>6</p>	<p>7</p>	<p>8</p>	<p>9</p>
<p>O Cronograma cumpre todas as seguintes premissas:</p> <p>i. Identifica a carga mensal por elemento da equipa;</p> <p>ii. Identifica as diferentes habilitações da equipa a mobilizar por atividades e componentes da aquisição de serviços; Categorias profissionais adequadas às atividades previstas;</p> <p>iii. A taxa de afetação dos elementos da equipa</p>	<p>6</p>	<p>7</p>	<p>8</p>	<p>9</p>	<p>10</p>

B.2 Programa de Trabalhos	<p>O Programa apenas cumpre uma, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	<p>O Programa cumpre até duas, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	<p>O Programa cumpre até três, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	<p>O Programa cumpre até quatro, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>	<p>O Programa cumpre todas as seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com o âmbito e duração das fases de desenvolvimento do Estudo definidas no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade por fase do Estudo;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade de desenvolvimento das fases do Estudo são alocados os elementos da equipa.</p>
	<p>previstos é suficiente para a realização das atividades previstas no programa para cada fase de desenvolvimento do Estudo;</p> <p>iv. Cronograma coerente com a metodologia de desenvolvimento do Estudo.</p>				

TABELA 3 – MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO SUBSUBFATOR “B.3.1 COORDENADOR DO ESTUDO”

B.3 Equipa Técnica B.3.1 Coordenador do Estudo	Coordenador do Estudo não evidencia experiência superior a 15 anos em estudos/ projetos de tratamento de águas residuais	Coordenador do Projeto evidencia experiência até, inclusive, 16 anos em estudos/ projetos de tratamento de águas residuais	Coordenador do Projeto evidencia experiência até, inclusive, 18 anos em estudos/ projetos de tratamento de águas residuais	Coordenador do Projeto evidencia experiência até, inclusive, 20 anos em estudos/ projetos de tratamento de águas residuais	Coordenador do Projeto evidencia experiência superior a 20 anos em estudos/ projetos de tratamento de águas residuais
Coordenador de Projeto não evidencia a coordenação ou elaboração de mais do que 3 estudos/projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento.	2	3	4	5	6
Coordenador de Projeto evidencia a coordenação ou elaboração de até, inclusive, 4 estudos/projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento.	3	4	5	6	7
Coordenador de Projeto evidencia a coordenação ou elaboração de até, inclusive, 6 estudos/projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento.	4	5	6	7	8
Coordenador de Projeto evidencia a coordenação ou elaboração de até, inclusive, 8 estudos/projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento.	5	6	7	8	9
Coordenador de Projeto evidencia a coordenação ou elaboração de mais do que 8 estudos/projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento.	6	7	8	9	10

TABELA 4 – MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO SUBSUBFATOR “B.3.3 TÉCNICO DA ESPECIALIDADE DE PROCESSO DE TRATAMENTO”

B.3 Equipa Técnica B.3.2 Especialidade Processo de Tratamento	Técnico responsável da especialidade de Processo de Tratamento não evidencia experiência superior a 10 anos em estudos/ projetos para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica não evidencia experiência superior a 12 anos em estudos/ projetos de equipamento para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica não evidencia experiência superior a 13 anos em estudos/ projetos de equipamento para tratamento de águas residuais	Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica não evidencia experiência superior a 14 anos em estudos/ projetos de equipamento para tratamento de águas residuais	Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica evidencia experiência superior a 15 anos em estudos/ projetos de hidráulica urbana
Técnico responsável da especialidade de Processo de Tratamento não evidencia a elaboração de mais do que 2 estudos\projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento, na área de processo de tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	2	3	4	5	6
Técnico responsável da especialidade de Processo de Tratamento não evidencia a elaboração de mais do que 4 estudos\projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento, na área de processo de tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	3	4	5	6	7
Técnico responsável da especialidade de Processo de Tratamento não evidencia a elaboração de mais do que 6 estudos\projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento, na área de processo de tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	4	5	6	7	8

Técnico responsável da especialidade de Processo de Tratamento não evidencia a elaboração de mais do que 8 estudos\projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento, na área de processo de tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	5	6	7	8	9
Técnico responsável da especialidade de Processo de Tratamento evidencia a elaboração de mais do que 8 estudos\projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento, na área de processo de tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	6	7	8	9	10

TABELA 5 – MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO SUBSUBFATOR “B.3.3 TÉCNICO DA ESPECIALIDADE DE ELETROMECAÂNICA”

<p>B.3 Equipa Técnica B.3.2 Especialidade de Mecânica/ Eletromecânica</p>	<p>Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica não evidencia experiência superior a 3 anos em estudos/ projetos de equipamento para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE</p>	<p>Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica não evidencia experiência superior a 5 anos em estudos/ projetos de equipamento para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE</p>	<p>Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica não evidencia experiência superior a 8 anos em estudos/ projetos de equipamento para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE</p>	<p>Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica não evidencia experiência superior a 10 anos em estudos/ projetos de equipamento para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE</p>	<p>Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica evidencia experiência superior a 15 anos em estudos/ projetos de equipamento para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE</p>
<p>Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica não evidencia a elaboração de mais do que 2 estudos\projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento, na área de equipamento para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE</p>	2	3	4	5	6
<p>Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica não evidencia a elaboração de mais do que 4 estudos\projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento, na área de equipamento para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE</p>	3	4	5	6	7
<p>Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica não evidencia a elaboração de mais do que 6 estudos\projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento, na área de equipamento para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE</p>	4	5	6	7	8

TABELA 6 (CONT.) – MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO SUBSUBFATOR “B.3.3 TÉCNICO DA ESPECIALIDADE DE ELETROMECAÂNICA”

B.3 Equipa Técnica B.3.2 Especialidade de Mecânica/ Eletromecânica	Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica não evidencia experiência superior a 3 anos em estudos/ projetos de equipamento para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica não evidencia experiência superior a 5 anos em estudos/ projetos de equipamento para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica não evidencia experiência superior a 8 anos em estudos/ projetos de equipamento para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica não evidencia experiência superior a 10 anos em estudos/ projetos de equipamento para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica evidencia experiência superior a 15 anos em estudos/ projetos de equipamento para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE
Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica não evidencia a elaboração de mais do que 8 estudos\projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento, na área de equipamento para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	5	6	7	8	9
Técnico responsável da especialidade de Eletromecânica não evidencia a elaboração de mais do que 10 estudos\projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento, na área de equipamento para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	6	7	8	9	10

TABELA 7 – MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO SUBSUBFATOR “B.3.3 TÉCNICO DA ESPECIALIDADE DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS/AUTOMAÇÃO”

<p>B.3 Equipa Técnica B.3.3 Especialidade de Instalações Elétricas/ Automação</p>	<p>Técnico responsável da especialidade de Instalações Elétricas/ Automação não evidencia experiência superior a 3 anos em estudos/ projetos de instalações elétricas e automação para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE</p>	<p>Técnico responsável da especialidade de Instalações Elétricas/ Automação não evidencia experiência superior a 5 anos em estudos/ projetos de instalações elétricas e automação para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE</p>	<p>Técnico responsável da especialidade de Instalações Elétricas/ Automação não evidencia experiência superior a 8 anos em estudos/ projetos de instalações elétricas e automação para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE</p>	<p>Técnico responsável da especialidade de Instalações Elétricas/ Automação não evidencia experiência superior a 10 anos em estudos/ projetos de instalações elétricas e automação para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE</p>	<p>Técnico responsável da especialidade de Instalações Elétricas/ Automação evidencia experiência superior a 15 anos em estudos/ projetos de instalações elétricas e automação para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE</p>
<p>Técnico responsável da especialidade de Instalações Elétricas/ Automação não evidencia a elaboração de mais do que 2 estudos/projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento, na área de instalações elétricas e automação para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE</p>	2	3	4	5	6
<p>Técnico responsável da especialidade de Instalações Elétricas/ Automação não evidencia a elaboração de mais do que 4 estudos/projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento, na área de instalações elétricas e automação para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE</p>	3	4	5	6	7
<p>Técnico responsável da especialidade de Instalações Elétricas/ Automação não evidencia a elaboração de mais do que 6 estudos/projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento, na área de instalações elétricas e automação para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE</p>	4	5	6	7	8

B.3 Equipa Técnica B.3.3 Especialidade de Instalações Elétricas/ Automação	Técnico responsável da especialidade de Instalações Elétricas/ Automação não evidencia experiência superior a 3 anos em estudos/ projetos de instalações elétricas e automação para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	Técnico responsável da especialidade de Instalações Elétricas/ Automação não evidencia experiência superior a 5 anos em estudos/ projetos de instalações elétricas e automação para tratamento de águas residuais, , que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	Técnico responsável da especialidade de Instalações Elétricas/ Automação não evidencia experiência superior a 8 anos em estudos/ projetos de instalações elétricas e automação para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	Técnico responsável da especialidade de Instalações Elétricas/ Automação não evidencia experiência superior a 10 anos em estudos/ projetos de instalações elétricas e automação para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	Técnico responsável da especialidade de Instalações Elétricas/ Automação evidencia experiência superior a 15 anos em estudos/ projetos de instalações elétricas e automação para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE
Técnico responsável da especialidade de Instalações Elétricas/ Automação não evidencia a elaboração de mais do que 8 estudos\projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento, na área de instalações elétricas e automação para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	5	6	7	8	9
Técnico responsável da especialidade de Instalações Elétricas/ Automação não evidencia a elaboração de mais do que 10 estudos\projetos com caraterísticas similares às do Estudo objeto do presente procedimento, na área de instalações elétricas e automação para tratamento de águas residuais, que englobem, pelo menos, 2 das tecnologias requeridas no CE	6	7	8	9	10

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO SISTEMA DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL DA
ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.**

(a que se refere a alínea a) do n.º 9 do artigo 22.º do Programa de Concurso)

[Nome da Empresa], com sede em [localização da sede], pessoa coletiva n.º [número], neste ato representada por [designação dos representantes], declara que no âmbito da sua atividade:

- I. Cumprirá as disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., nos termos do “Manual de Fornecedores – requisitos de fornecimento”, aprovado no dia 03 de julho de 2018 e do próprio Sistema de Responsabilidade Empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem;
- II. Disponibilizará a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior;
- III. Disponibilizar-se-á para ser auditado pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., num quadro de verificação de conformidade com os requisitos instituídos pela empresa no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial. As auditorias a realizar inserem-se na perspetiva dos referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP EN 45001 no que respeita ao controlo de fornecedores (e subcontratados) e incidirão apenas sobre os aspetos relacionados com o fornecimento de bens à Águas do Tejo Atlântico, S.A..

[Local], [data]

ASSINATURA(S) – IDENTIFICADA(S)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO DE OUTORGANTES PARA EFEITOS DE COMUNICAÇÃO

(a que se refere a alínea b) do n.º 9 do artigo 22.º do Programa de Concurso)

Declara-se que na outorga do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas - TA_25_I09_PQ_S_001_DGA**

, o adjudicatário será representado por (nome), na qualidade de (função no projeto objeto do contrato), conforme consta na certidão com o código de acesso (indicar outra forma de delegação se aplicável ex: procuração emitida em, ata de AG data de).

Mais declara que no âmbito da execução do contrato a celebrar as comunicações a efetuar se realizarão para os seguintes contactos:

- [identificação da entidade]
- [identificação da pessoa de contacto]
- Morada: [•]
- Telefone n.º [•]
- Correio eletrónico [•]

ANEXO VII
MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO
(a que se o n. 1 do artigo 23.º do Programa de Concurso)

Euros _____ €

Vai _____ [*nome do adjudicatário*], com sede em _____ [*morada*], depositar na _____ [*sede, filial, agência ou delegação*] do Banco _____ a quantia de _____ [*por algarismos e por extenso*] em dinheiro/em títulos _____ [*eliminar o que não interessar*], como caução exigida para **Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolos e Chelas - TA_25_109_PQ_S_001_DGA**, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da Águas do Tejo Atlântico, S.A., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[*Local*], [*data*]
[Assinatura(s)]

ANEXO VIII
MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA
(a que se refere o n.º I do artigo 23.º do Programa de Concurso)

À [designação da entidade adjudicante]:

O _____ [banco], com sede em _____ [morada], com capital social de _____ [capital social], pessoa coletiva número _____ [número de identificação de pessoa coletiva], representado por _____ [representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)] (doravante designada(o) por “Ordenante”), vem prestar, por conta e a pedido de _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], como adjudicatário do procedimento n.º **TA_25_I09_PQ_S_001_DGA** destinado à celebração de contrato de **Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas**, garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada por “Beneficiário”), até ao valor de _____ Euros [repetir por extenso], em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do contrato e do caderno de encargos.

Em consequência, este Banco, constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Beneficiário, até àquele valor, sem quaisquer reservas e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 5 (*cinco*) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar a sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo do procedimento e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer qualquer benefício de prévia execução dos bens do Ordenante e sem a dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente Garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € _____ (_____ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do Caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no caderno de encargos do referido procedimento e no Códigos do Contratos Públicos.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade ou vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelem necessárias.

[Local], [data]

[assinatura(s)]

ANEXO IX
MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

(a que se refere o n.º I do artigo 23.º do Programa de Concurso)

A _____ [companhia de seguros], com sede em _____ [morada], presta a favor da Águas do Tejo Atlântico, S.A. e ao abrigo do contrato de seguro caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de _____ Euros [repetir por extenso], correspondente à caução prevista no procedimento n.º **TA_25_109_PQ_S_001_DGA** destinado à celebração de contrato de **Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo e Plano de Ação para a implementação da DARU 2024/3019 nas FA de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas e Chelas**, com vista a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário], com sede _____ [morada], assumirá no contrato que com ele a Águas do Tejo Atlântico, S.A. vai celebrar.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (*cinco*) dias úteis seguintes à primeira solicitação da Águas do Tejo Atlântico, S.A., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que o _____ [adjudicatário], assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Águas do Tejo Atlântico, S.A., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução, celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Local], [data]

[assinatura(s)]